

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 24 - dic. / dez. / dec. 2016 - pp.157-171 / Gava, T. & Villela, W. / www.sexualidadsaludysociedad.org

Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola

Thais Gava

Universidade Federal de São Paulo
São Paulo - SP, Brasil

> tmgava@gmail.com

Wilza Vieira Villela

Departamento de Medicina Preventiva
Universidade Federal de São Paulo
São Paulo - SP, Brasil

> wilzavillela@gmail.com

Copyright © 2016 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>

Resumo: O artigo aborda a temática da educação em sexualidade a partir das falas e das discussões apresentadas por profissionais da educação, tendo em vista o debate político e a necessidade de se pensar a distância entre o que é proposto nos documentos normativos sobre a educação em sexualidade no país, a realidade dos estudantes nos seus espaços sociais e os posicionamentos dos profissionais em relação ao tema.

Palavras-chave: educação em sexualidade; profissional da educação; educação; sexualidade; Brasil

Sexuality Education: political and practical challenges for school

Abstract: The article discusses sexuality education based on the discourses presented by education professionals, given the Brazilian political debate on this topic, and the strategical importance of thinking about the gap between what is proposed by normative documents on education, the reality of the students in their social space, and the professionals' point of view.

Key words: sexuality education; teachers; education; sexuality; Brazil

Educación en Sexualidad: desafíos políticos y prácticos para la escuela

Resumen: El artículo aborda el tema de la Educación en Sexualidad a través de discusiones presentadas por los profesionales de la educación, teniendo en cuenta el debate político y la necesidad de pensar la diferencia entre lo que se propone en los documentos normativos sobre la educación en Brasil, la realidad de estudiantes en su espacio social y el posicionamiento de los profesionales.

Palabras-clave: Educación en Sexualidad; profesional de la educación; educación

Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola

Introdução

O debate sobre a educação em sexualidade¹ (Carrara, 2007) não é novidade no Brasil (Ribeiro & Reis, 1993; Rosemberg, 1985; Figueiró, 1998; Werebe, 1977). Desde a década de 60 há propostas governamentais que propõem a discussão da sexualidade a partir de aspectos biológicos, morais e até religiosos. Contudo, é a partir da década de 90 que a inserção da sexualidade na Educação ganha força e legalidade com a afirmação dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em documentos internacionais da agenda de direitos de mulheres e jovens (Vianna & Unbehaum, 2006), com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1996) e com o enfrentamento da epidemia do HIV/aids (Paiva, 2000) por meio de programas e projetos que contavam com a participação ativa de adolescentes e jovens na construção de alternativas e respostas para estes complexos cenários.

Atualmente esta discussão ressurgiu, agora sob outro viés, no qual a legitimidade deste trabalho no ambiente escolar é colocada em xeque, tendo como pano de fundo o embate político e ideológico sob outro aspecto, pois ao invés de reforçar o papel do Estado na construção dos valores sociais, questiona a sua pertinência, em especial da escola, na construção de valores juntos a estes/as estudantes. Em caso mais recente, houve uma intervenção direta nas propostas do Plano Nacional de Educação (PNE) que estivessem referendadas com os termos gênero e diversidade sexual. A ideologia de gênero é utilizada para fazer uma alusão ao caráter doutrinário que esses pontos poderiam ter na formação moral de crianças e adolescentes. Toda essa discussão abre espaço para outro movimento, o da “Escola sem Partido”, que ganha força ao propor diversos projetos de lei em tramitação em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional, e que têm por objetivo central inibir as práticas docentes de “doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos

¹ A educação em sexualidade é utilizada neste texto por se tratar de um conceito que amplia as discussões para além do âmbito reprodutivo, englobando questões sociais, culturais e econômicas ligadas à sexualidade.

sobre a educação moral dos seus filhos”² (PLS 193/2016).

Assim como a discussão sobre o papel socializador da escola é feita a partir dessas disputas, é possível dizer que, no cotidiano escolar, o papel do/a professor/a ganha esta centralidade, pois é ele/a quem personifica a possibilidade de a escola superar ou reforçar as díades saúde/doença e normalidade/patologia.

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que buscou explorar as concepções de profissionais da educação a respeito da inserção das discussões relacionadas à sexualidade junto a crianças e adolescentes, visando refletir sobre os desafios e as possibilidades apresentadas para a execução da Educação em Sexualidade nas escolas do país (Gava, 2013). Tratou-se de um estudo com profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores e agentes escolares) que haviam participado anteriormente de um processo de formação continuada ocorrido no âmbito do Projeto Segurança Humana (PSH), no município de São Paulo. O PSH foi uma iniciativa de quatro agências do sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU) e apoiada pela prefeitura de São Paulo, com o objetivo de promover a cultura de paz por meio de ações integradas nas áreas da Educação, Ação Comunitária e Saúde. Ele ocorreu no distrito de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo, entre os anos de 2009 e 2011.

O projeto inovou ao colocar os direitos sexuais e reprodutivos nas diretrizes das ações. Esta escolha é justificada pela sua posição dentro das Nações Unidas em função dos dados apresentados no diagnóstico do projeto. Todo o trabalho se deu por meio de oficinas, palestras, cursos, formações, aquisição de materiais e ações de incidência política nos três eixos (educação, saúde e ação comunitária) para toda a comunidade – profissionais de saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, organizações governamentais e não governamentais, associações, conselhos, crianças, adolescentes e seus familiares. Especificamente no eixo da Educação, as ações de formação em educação em sexualidade foram realizadas pela ONG ECOS Comunicação em Sexualidade para mais de 80 profissionais de escolas de educação infantil e ensino fundamental. Para o estudo, todas essas pessoas foram contatadas via correio eletrônico e convidadas a participar da pesquisa. Destes, 20 retornaram a mensagem e 15 aceitaram ser entrevistados. As entrevistas foram realizadas nas escolas em que os participantes trabalhavam, entre outubro e dezembro de 2012, geralmente no horário de contra turno.

O presente texto é um recorte a partir das falas e das discussões apresentadas por estes/as profissionais tendo em vista o debate político e a necessidade de se

² Para uma contextualização mais ampla, acessar a entrevista com a profa. Jimena Furlani sobre a construção da ideologia de gênero no país: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-degenero/>

pensar a distância entre o que é proposto nos documentos normativos sobre a educação em sexualidade no país, a realidade dos estudantes nos seus espaços sociais e os posicionamentos dos profissionais em relação ao tema.

Abordagem da sexualidade a partir dos preceitos morais

O trabalho com a temática da sexualidade na escola está garantido em diversos documentos nacionais e internacionais (Sfairs et al, 2015). Nestes documentos mais recentes, ele é entendido como uma possibilidade de garantia de informações e acesso a serviços necessários para o exercício e o usufruto de direitos humanos, em especial dos direitos sexuais e reprodutivos. A partir deste referencial, o trabalho passa pela prevenção e a aquisição de habilidades para eventuais perigos vivenciados por crianças, adolescentes e jovens, mas vai em direção dos direitos pertencentes a essas pessoas. Além disso, propõe que os/as profissionais da Educação sejam mediadores/as dos processos vividos por alunos e alunas, e que estes/as possam apresentar outras informações e reflexões capazes de ampliar os repertórios de crianças, adolescentes e jovens a ponto de viverem sua sexualidade segundo referenciais sociais e culturais.

Todavia, os desafios postos por esta abordagem decorrem tanto de sua inerente complexidade – dada pela exigência de mudanças em percepções, padrões culturais e visões de mundo não concretizadas em curto prazo – quanto do fato de ela integrar uma constelação relativamente nova de direitos humanos em processo de legitimação (Cabral & Heilborn, 2010). Neste sentido, as políticas que colocam a educação em sexualidade na escola são contraditórias no que dizem respeito ao trabalho propriamente dito do/a professor/a, pois na prática pressupõem que a responsabilidade pela condução do desenvolvimento da temática em sala de aula é quase exclusivamente do trabalho destes profissionais da Educação, sem a garantia de uma necessária formação, supervisão, além da exigência de coerência teórica e metodológica, de modo que não haja discordância entre esta prática e os objetivos apresentados nas políticas disseminadas pelo Estado (Rosistolato, 2003; Patané, 2009).

[Caso de uma menina de 13 anos que estava lhe contando sobre uma suposta gravidez]... Por que são muito novas, né? 13 anos, 14 anos é muito nova. Mas meu papel é manter-me forte, mas por dentro “é tão novinha”.
– E você acha que deveria ser como?
– Eu acho que elas tinham que se preservar mais, usar o preservativo para não cair na pílula do dia seguinte, tomar mais cuidado, mas infelizmente

não é como eu acho que deveria ser. Então, tem que lidar com a realidade deles, é muito difícil.

Neste raciocínio existe a demanda para a implantação e a execução de uma política de Educação em Sexualidade na escola que, nos últimos anos, está inserida no discurso baseado em ideais democráticos e de direitos. Porém, quando se observa a prática, é possível perceber que os/as professores/as realizam essa educação de diferentes maneiras, tendo outros pressupostos além dos apresentados nas políticas do país (Cesar, 2009), pressupostos estes baseados em preceitos e valores morais e pessoais de cada uma dessas pessoas, o que leva a práticas muitas vezes contraditórias em face das propostas destas políticas.

Abordagem da sexualidade a partir do espanto, da esquivia e de uma possível adequação aos preceitos morais e pessoais

É a partir do espanto com as manifestações da sexualidade que surgem a demanda e a justificativa para o trabalho com o tema, pensado não como um trabalho qualquer, mas sim como um conjunto de ações estruturadas para adequar os/as jovens a uma prática socialmente aceita, ou seja, para as pessoas entrevistadas, o trabalho com a sexualidade se justifica na perspectiva de uma pedagogia de produção da normalidade, a partir de uma diretriz moralizante a respeito do que alunos e alunas podem e devem saber e fazer, e da decisão do adulto a respeito de quando e como algum tema deve ser trabalhado.

[O trabalho começou] com essa turma específica que deu esse probleminha (grupo de meninos brincando com o pênis um do outro) e aí os pais autorizaram e foi um trabalho assim que se iniciou por uma necessidade da escola

[...] Vamos começar com a 5ª série, no começo eu achei que a 5ª série era muito nova: “Imagina eles são muito pequenos. É melhor a gente conversar com os maiores”. E até no começo a gente começou com a 8ª mesmo, porque a 8ª ia embora primeiro e não podia sair sem nenhuma orientação. Então, nos primeiros meses foi a 8ª e depois a gente foi descendo. Mas aí chegou na 5ª e a gente pensou: “Ah, eles são muito pequenos. Será que a gente não está adiantando?”. Tudo bem se eles perguntarem, a gente responde, mas se a gente adiantar a pergunta, isso pode ser ruim.

Mas nós ficamos surpresas com as respostas que eles deram. Eles sabiam o remédio que fazia aborto, onde comprava e para que servia. Então, aquela criança ia contando para nós e para a agente de saúde todas essas coisas e

passavam essas informações entre elas. Então eu fiquei surpresa, porque até estava achando a 5ª série muito cedo e aí eu saí de lá achando que a 5ª série era tarde, tinha que começar dos menores, não sei se da 3ª ou antes, porque já tinha acontecido um monte de coisas na 5ª que a gente nem fazia ideia.

Apesar dos documentos oficiais apresentarem os temas e as possibilidades metodológicas de trabalho, é na relação professora-estudante que é possível decidir o que apresentar, o que deve ser discutido e, principalmente, como essas informações devem chegar até os/as estudantes.

[...] existem alguns assuntos que nós vamos estudar mais pra frente vocês vão ter orientação sexual na 7ª série... Então eu não deixo de responder, eu apenas torno a resposta mais leve... e aí já vou entrando nas outras partes das explicações, porque 4ª. série é muito cedo; se você for falar exatamente a relação sexual em si, eu não podia chegar na 4ª série e falar assim: o pênis penetra aqui dentro da vagina, porque por mais que uma ou outra [criança] possa saber, a maioria vai falar: “o que é isso?”.

A pergunta colocada pela professora pode ser traduzida assim: o que acontece se várias crianças se interessam pela dúvida de outra? Elas se sentirão instigadas a fazer mais perguntas? Qual o limite que deve ser adotado? De outro ponto de vista, uma professora diz que a discussão sobre a sexualidade é evitada porque é feita sem contextualizar as vidas e as dúvidas reais dos estudantes,

[...] quando se fala sobre sexualidade, fala-se sobre aparelho reprodutor ou sobre doenças sexualmente transmissíveis. É algo muito técnico, não se fala sobre outros aspectos que precisam ser abordados [...] do sentimento, da emoção, da força que é a sexualidade ninguém fala, e isso é que deveria ser dito, porque é [sobre] essa força que a gente precisa aprender. Acho que a palavra domar não é o certo, mas aprender a trabalhar com ela, né?

Britzman (2000) discute as relações entre sexualidade, curiosidade e liberdade, apontando a necessidade de uma educação sexual baseada na curiosidade e na capacidade de exploração que crianças e jovens podem ter quanto ao sexo. Respalda nas teorias freudianas, Britzman diz que a curiosidade infantil sobre a sexualidade é a base para a construção de um pensamento exploratório, fundamental para a estruturação de conhecimentos. A escola e seus profissionais devem estar abertos para questionar se os conteúdos pedagógicos afetam a curiosidade do estudante. Entretanto, a maioria dos entrevistados inseridos no ensino fundamental coloca a importância de um trabalho com o tema da sexualidade na escola, mas desde que seja informativo e não relacional, ou seja, naquilo em que é visto como impessoal e não vivencial.

As dúvidas estavam relacionadas com a promiscuidade e com as maneiras de contar vantagem, não tinham uma preocupação com a saúde... Eram dúvidas bem pesadas mesmo, e eu tentei responder da forma mais acadêmica possível. Eu evitei juízo de valores, mas eram perguntas bem cabeludas mesmo.

– O que está acontecendo com essa sociedade?

A fala deste professor aborda diversos pontos que podem ser considerados relevantes para a estruturação da educação em sexualidade, pois pressupõe um discurso distanciamento dos preceitos pessoais, de preferência que seja baseado em conhecimentos sistematizados e reconhecido pela academia, mas que de alguma maneira carrega um projeto de sociedade que desconstrói toda essa idealização do trabalho em sala de aula. Esta maneira de encarar a Educação em Sexualidade pode ser justificada pela dificuldade que os profissionais de educação têm em separar os valores pessoais dos valores propostos nas diretrizes e nas orientações das políticas voltadas para o tema. Pode-se dizer que este é um desafio importante para a implantação destas propostas, pois embora o trabalho na escola seja legitimado por tais diretrizes, as estratégias utilizadas para a sua realização desconsideram o descompasso entre as discussões propostas num nível macro e as experiências dos profissionais no ambiente escolar.

E nesse compasso, o trabalho realizado em sala de aula tem como referência os pressupostos pessoais e seus limites morais e afetivos.

Por que um projeto, se o professor não acredita, não adianta vir de cima para baixo, ele não vai acontecer! Se o professor não acredita, se ele não leva à frente seu trabalho, se ele não gostar, não adianta. Não adianta governo mandar cartilha e material, que vai para o depósito e se perde, não anda. Então, isso vai muito de bons professores assumirem.

Na relação estabelecida entre as escolas e as políticas e os projetos educacionais, a instituição é vista como o centro de convergência de diversas demandas e ferramentas para o trabalho com crianças e jovens. Nas últimas décadas, as escolas foram sobrecarregadas por múltiplas intervenções dirigidas à solução de problemas ou a objetivos emergentes. Entretanto, não foram elaboradas estratégias que facilitassem a integração das diferentes demandas em um marco conceitual que permitisse o alcance de objetivos comuns e relevantes para os setores demandantes, como a saúde e a educação (Ippolito-Shepherd, 2006). Isto fez com que cada escola priorizasse alguns temas, a despeito do que estivesse proposto nas políticas e nos investimentos governamentais. Deste modo, o trabalho com o tema da sexualidade fica intimamente ligado à disponibilidade e ao interesse dos/

as professoras em realizá-lo. É possível dizer que a definição do que pode e deve ser discutido na sala de aula, em última instância, fica também sob a responsabilidade do/a professor/a.

Abordagem da sexualidade a partir da interdição e da readequação segundo os preceitos morais e pessoais

Por mais que se busque uma linearidade na educação em sexualidade há um movimento contrário que escapa do suposto controle e faz jus a esse processo, isto porque a sexualidade pode ser refletida nestas atividades, mas existe uma parte que não cabe nas falas estruturadas da Educação, mas está presente nas relações na escola. A presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de educação sexual, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (Santos & Araujo *apud* Louro, 1997: 81).

Contudo, essa suposta fluidez da sexualidade encontra barreiras e interdições em suas manifestações, pois ela não é mencionada nas regras e nos acordos escolares, o que abre um precedente para que as decisões e as interdições sejam tomadas a partir de mecanismos complexos e sutis de controle. Algumas vezes o que falar em sala de aula acaba sendo justificado pelas diretrizes e pelos parâmetros, “não sabe se o pai vai aceitar, então a gente procura ir dentro do que está no currículo; mesmo pra qualquer coisa, olha, esta aqui eu tive que dar, né?”. Mas as regras mais sutis se dão no meio, na interlocução dos discursos e dos silêncios acerca da sexualidade. São baseadas em supostos consensos grupais chamados de bom senso, acordos preestabelecidos e baseados nas posturas aceitas socialmente pela equipe escolar. Neste sentido, é possível dizer que a escola acaba reproduzindo as aceitações e as repressões encontradas na sociedade.

Uma das hipóteses deste estudo foi a dificuldade de os profissionais da educação aceitarem o *status* de crianças e adolescentes como sujeitos de direito e, desta forma, com possibilidades de participação na construção das regras e das normas de convivência. Foi observada na fala dos professores uma aceitação parcial, já que nem sempre essas construções políticas são acompanhadas nos cotidianos e nas vivências das pessoas de uma determinada sociedade e incorporadas a elas. Mesmo tendo se passado 28 anos da Constituição Brasileira de 1988 e 25 anos do ECA, esta noção não foi inserida completamente como um conteúdo a ser trabalhado ou um princípio a ser adotado pela escola pois, apesar de serem considerados sujeitos de direito no que diz respeito à igualdade de tratamento, à não discriminação por

gênero, orientação sexual, raça ou questões geracionais, à privacidade e à preservação do sigilo, ao direito à educação e à saúde, além da liberdade de pensamento, opinião e expressão, ainda hoje são muitas as situações nas quais há sérias violações, pois não há o entendimento completo de tal *status* para estas pessoas.

A ideia de participação de crianças e jovens pressupõe que a sociedade, particularmente as escolas, leve em consideração seus desejos e saberes nas ações que digam respeito às suas vidas. Contudo, as falas das pessoas entrevistadas apresentaram uma ênfase na atitude de proteger em detrimento da participação, trazendo como consequência a restrição da liberdade e da autonomia de crianças e jovens, princípios básicos para os direitos sexuais.

[O conteúdo a ser trabalhado com os alunos] vem de lá [Orientações Curriculares], o que você tem que trabalhar em cada ano.

– Mas... se os alunos quiserem saber sobre outra coisa?

– Exatamente, mas não podem. Eu lembro na outra escola em que trabalhei que na 5ª era menstruação e corpo humano. Gravidez era para 7ª e 8ª, para 5ª e 6ª eram só essas coisas. Eu acho que as coisas estão avançando, desde 2006 quando trabalhei na escola; hoje você já vê essas coisas na TV, no cinema, não dá mais para segurar as crianças.

Com a justificativa de a escola ser um ambiente protetor, houve muitas situações de violações de direitos de crianças e adolescentes relatadas pelos profissionais de educação ao longo das entrevistas. Na maioria das vezes, elas foram justificadas pelo cuidado com alunos e alunas e pela imaturidade que essas pessoas apresentam para decidir e agir em relação a determinadas questões. Um tema marcante se refere à diversidade sexual, entendida aqui como as distintas formas de expressão da sexualidade exercida por um indivíduo no decorrer de sua vida. A homossexualidade e a bissexualidade são admitidas e toleradas desde que não haja manifestações ou demonstrações de afeto entre as pessoas. Uma das coordenadora diz que,

[de] todos os pontos referentes à sexualidade, o único avanço que se tem é em relação à orientação sexual, que eu consigo ver porque antes era o pária depois começou a ser de quem se tirava sarro. Falou em uma voz um pouco mais fina, pronto, se tirava sarro, e hoje você tem um tratamento de igualdade. Uma vez ou outra pode ser que [se diga que] é um viadinho, é a sapatona, mas isso é uma coisa que já pulverizou.

É possível evidenciar este movimento em outras falas, nas quais as manifestações relacionadas à diversidade sexual são vistas, mas de alguma maneira consideradas como uma indefinição, como algo que crianças e adolescentes não têm certeza e experimentam como uma possibilidade passageira.

[...] E então falava dos meninos que mexiam e que ele ainda não tinha definido a preferência dele, mas que tinha que ser respeitado por conta disso. [...] Porque a outra (menina) namorava com menino e menina e aí namorou essa menina que era mais assumida, que já estava mais... a gente não pode dizer definida, porque com 13 ou 14 anos já definiu o que quer da vida? Mas aparentemente ela tinha começado antes da outra.

A homossexualidade ou a bissexualidade são questionadas a partir das normas heteronormativas (Louro, 2009). Estas normas acabam impondo a crianças e jovens maneiras de se comportar, muitas delas justificadas pelo receio de atitudes preconceituosas e agressivas em relação às pessoas que apresentam uma orientação diferente da heterossexual. Por receio deste tipo de represália, os profissionais de educação justificam a opressão e a proibição de comportamentos e manifestações de afeto entre pessoas do mesmo sexo.

Em uma das escola de ensino fundamental apresentou-se uma situação na qual um casal de meninas causou um alvoroço dentro da sala dos professores, pois resolveram assumir o namoro no intervalo entre aulas. Segundo as profissionais da escola, esta situação causou um incômodo junto aos/às professores/as, culminando com a chamada dos responsáveis das meninas. Segundo a diretora, a justificativa para esta ação foi a seguinte:

E aí as outras crianças também são assim, tem umas que aceitam (a homossexualidade entre os alunos/as), mas tem outras que não, e também começa aquela fofocaiada entre as crianças, começa aquele *bullying* que a gente tem que cortar.

E: Mas teve muitas coisas assim?

R: Até que não, mas sempre a gente tem que começar do começo, porque depois que já está aquela bola de neve não adianta mais eu conversar.

Este trecho pode ser entendido como um reflexo dos discursos hegemônicos encontrados na sociedade para controlar sexualidades dissidentes e tentar fazer prevalecer a heterossexualidade como a única forma de inteligibilidade sexual (Teixeira-Filho; Rondini & Bessa, 2011). Atos discriminatórios são justificados pela suposta proteção à homofobia instaurada na sociedade. Em outras palavras, para que não haja sofrimento ou situações de violência, é melhor que as manifestações da sexualidade fora da norma sejam tolhidas e readequadas.

Neste contexto, a possibilidade de se realizar uma Educação em Sexualidade pautada no direito de se expressar, sendo o relacionamento com pessoas do mesmo sexo uma forma viável e legitimada de expressão da sexualidade, é inviabilizada e cerceada por entendimentos e concepções pautadas em preceitos morais, a despeito das diretrizes e das políticas vigentes na área da educação.

A professora da escola relata que um dos desfechos deste episódio foi a impossibilidade de namoro dentro da escola

Então, aí que foi o problema. Porque aí tinha o casal hetero e esse [casal homossexual]. Então, se não pode para um, não pode para ninguém. Aí baixou essa regra, ninguém pode namorar, pois como você justifica que um pode e outro casal não?

E: E isso está em algum documento da escola? No regimento?

T: Não

E: Então onde está?

T: Em lugar algum! Só dissemos “Não pode mais” [rs].

Trata-se de um exemplo do quanto a escola pode ser autoritária e moralista ao proibir qualquer manifestação de afeto entre estudantes. Uma coordenadora sintetiza esta complexa relação em sua fala:

Então, assim, o único contato que posso ter com meu colega é o contato bruto, o contato fino, o contato sutil, o contato [...], esse eu não posso vir a ter, mas aí também é uma impossibilidade do adulto de não saber trabalhar.

Mais uma vez, a interpretação dos adultos é apontada como o fator que impede as diversas manifestações de alunos e alunas. Esta dificuldade não é uma característica exclusiva dos profissionais que trabalham com jovens. Desde a educação infantil é possível identificar falas que colocam profissionais de educação sem saberem lidar com a temática da sexualidade.

Isso já vem da EMEI, já se corta na EMEI, na creche, por não ter o contato. Você não sabendo fazer uma intervenção, você opta por abortar aquela situação, não é pra fazer isso nunca mais, então aquilo que poderia vir a ser um vínculo emocional forte, você corta. Dentro da escola não se pode abraçar, pronto, distância, vamos brincar separado. [Há] o medo do risco de a mãe vir e reclamar que um estava abraçado o outro, então corta.

Chama a atenção essa necessidade de vigilância constante de crianças e jovens a respeito da sexualidade, pois a sociedade atual faz uma valorização das manifestações sexuais através das mais diferentes mídias e espaços sociais, mas não é qualquer manifestação. Trata-se de uma sexualidade voltada para a heteronormatividade, em que a expectativa para homens e mulheres é bem delimitada. Assim, falar de algo que fuja deste modelo é prontamente sufocado e modificado.

Considerações finais

O descompasso entre a implementação das políticas públicas e a prática acarreta maneiras de lidar com as sexualidades contrárias ao ideário dos direitos humanos, reforçando mecanismos de controle das pessoas e seus corpos, justificando suas ações com preceitos morais não respaldados pelas diretrizes políticas ou em relações dialógicas estabelecidas no cotidiano escolar.

Este é um impasse na Educação em Sexualidade. É evidente que a escola ocupa um importante papel na transmissão e na manutenção das regras e das normas sociais, mas ela também pode ser entendida como uma ferramenta de mudança por meio da contestação ou da reflexão sobre as práticas cotidianas de alunos e alunas. A pesquisa foi realizada em 2013 e desde então a discussão sobre a inserção da Educação em Sexualidade é destaque quando vira ponto de disputa e embates nas diferentes esferas da sociedade brasileira, e coloca em xeque a capacidade do Estado de propor reflexões e princípios sobre gênero e sexualidade com crianças e adolescentes, como se fosse possível abster esses elementos da esfera social.

Dentre as inúmeras consequências, a retirada das reflexões sobre a educação em sexualidade da esfera pública representa abrir mão da possibilidade de esta discussão ser feita a partir da perspectiva dos direitos, com o acesso a informações e insumos para o exercício de uma vida sexual e afetiva que possa ser constituída na esfera privada. Profissionais da educação ocupam um papel de destaque e, neste sentido, necessitam participar de uma reflexão estruturada e sistematizada que dê subsídios para a elaboração de novas estratégias de problematização com esses/as estudantes. Todavia, é possível observar um acirramento do conflito no que diz respeito ao papel do Estado na garantia de crianças, adolescentes e jovens de seus direitos e no acesso a eles.

O direito à reflexão e à produção de sentidos acerca da sexualidade é tão importante quanto o acesso a informações e insumos de prevenção às DST/aids. Pensar num trabalho que tenha como pressuposto o conceito da Educação em Sexualidade é propor uma ação que permita que emergam conflitos, dúvidas e reflexões, para que profissionais e estudantes possam ser agentes eficazes da promoção de direitos e de saúde, no sentido mais amplo e ativo do conceito.

Recebido: 20/08/2014
Aceito para publicação: 11/11/2016

Referências bibliográficas

- ALTMANN, Helena. 2013. “Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Nº. 13, p. 69-82.
- BRASIL. Constituição Federal. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.
- _____. 1990. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência: legislação federal e marginalia*, São Paulo. Vol. 54, p. 849-894.
- BRIZTMAN, Deborah. 2000. “Curiosidade, sexualidade e currículo”. In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 85-111.
- CABRAL, Carla & HEILBORN, Maria Luiza. 2010. “Avaliação das políticas públicas sobre educação sexual e juventude: da Conferência do Cairo aos dias atuais”. In: BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Rumos para Cairo + 20: compromissos do governo brasileiro com a plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Brasília: Cidade Gráfica. p. 101-128.
- CARRARA, Sérgio. 2007. Educação e sexualidade no Brasil: novas experiências no âmbito das políticas públicas. Comunicação apresentada no painel “Sexuality education: the way, what and how – strategies from around the world”, organizado pelo TARSHI. Nova Déli. Mimeo.
- FIGUEIRÓ, Maria Neide. 1998. “Reverendo a História da Educação Sexual no Brasil: ponto de partida para a construção de um novo rumo”. *Nuances: Estudos sobre Educação*, São Paulo. Set. 1998. Vol. 4, nº 4, p. 123-133.
- GAVA, T. 2013. *Concepções sobre Educação em Sexualidade de Profissionais da Rede Municipal de Educação em São Paulo*. São Paulo: Unifesp/Departamento de Medicina Preventiva.
- IPPOLITO-SHEPHERD, Josefa. 2006. *Escolas Promotoras de Saúde – Fortalecimento da Iniciativa Regional Estratégias e linhas de ação 2003-2012*. Washington, D.C: OPAS (Série Promoção da Saúde nº 4).
- LEITE, Vera. 2012. “A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direito”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro. Vol. 24, nº 1, p. 89-103.
- LOURO, Guacira Lopes. 2009. “Heteronormatividade e homofobia”. In: JUNQUEIRA, R.D. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Unesco. p. 85-93.
- LOURO, Guacira Lopes. 2011. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes.
- PAIVA, Vera. 2000. *Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS*. São Paulo: Summus.

- PATENÉ, R.S. 2009. *Escola e Educação Sexual: espaços e relações, dinâmicas e compreensões*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, P.R.M. & REIS, G.V. 1993. *José de Albuquerque e a Educação Sexual nas décadas de 1920-1950: um estudo bibliográfico*. [S.l.: s.n.]. GT: História da Educação/ nº 2. Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- ROSEMBERG, Fúlvia. 1985. Educação Sexual na Escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. Nº 53, p. 11-19.
- ROSSILATO, R. 2003. *Sexualidade e Escola: uma análise da implantação de políticas públicas de orientação sexual*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.
- SFAIR, S.; BITTAR, M. & LOPES, R. 2015. “Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo. Jun. 2015. Vol.. 24, nº 2, p. 620-632.
- SANTOS, D. & ARAÚJO D.C. 2009. *Sexualidade e Gênero: questões introdutórias em Sexualidade*. Curitiba: SEED [Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual].
- TEIXEIRA-FILHO, F.S.; RONDINI, C.A. & BESSA, J.C. 2011. “Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo. Vol. 37, nº 04, p. 725-741.
- VIANNA, Claudia. 2012. “Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica”. *Pro-Posições*, Campinas. Maio-ago. 2012. Vol. 23, nº 2, p. 127-143.
- VIANNA, Claudia & UNBEHAUM, Sandra. 2006. “Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de Políticas Públicas no Brasil”. *Educação & Sociedade*, Campinas. Maio-ago. 2006. Vol. 27, nº 95, p. 407-428.
- WEREBE Maria José G. 1977. “Implantação da Educação Sexual no Brasil”. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo. Nº 26, p. 21-27.